

SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS

O ABORTO NA AMÉRICA LATINA

Aumenta número de mortes de mulheres latino-americanas causadas por aborto

Página 2



BRASI.-CHINA

20 anos de
relações

Página 8

MULHER

A luta contra
a opressão

Página 10

Foto: Marcus Sanches

Mesmo ilegal, o aborto é praticado em todo o mundo, sendo um dos temas mais polêmicos da atualidade em relação aos direitos reprodutivos da mulher



MOMENTO DE DECISÃO

Patrícia Costa



Num momento em que o mundo todo discute o problema da superpopulação, temas como direitos reprodutivos, controle de natalidade e planejamento familiar cada vez mais fazem parte de pautas governamentais e não-governamentais. A prova disso foi a Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, ocorrida no mês passado, no Cairo, que reuniu 20 mil delegados de 182 países.

Um dos assuntos mais polêmicos do encontro foi a legalização do aborto, que tem ferrenhos defensores e violen-

tos atacantes não só no Brasil, mas em várias nações do mundo.

O documento final da conferência — Declaração do Cairo —, Programa de Ação sobre política populacional para os próximos 20 anos, é, segundo os participantes, um sinal dos novos tempos, pois abandonou-se a postura mecanicista de controle populacional, que vinha sendo aplicada até então, e adotou-se uma política desenvolvimentista que leva em consideração a educação para todos, principalmente para as mulheres, e o direito individual das pessoas de decidirem o tamanho de suas famílias, aliando a isso a redução da mortalidade infantil e o

acesso direto ao planejamento familiar e a serviços de saúde reprodutiva.

O Brasil apoiou integralmente o documento. No texto, o aborto como método de planejamento familiar é condenado, mas foi reconhecido como uma importante questão de saúde pública, o que significa que os países onde ele é ilegal devem parar de ignorá-lo e tratá-lo com a devida atenção.

Para as mulheres, o documento abre um precedente na História, pois equipara os direitos reprodutivos da mulher aos direitos humanos e defende a valorização econômica e social das mulheres, através da educação, como sendo a chave

para a estabilização do crescimento populacional.

Em documento de mais de 100 páginas, os países se comprometeram a investir US\$ 17 bilhões por ano em planejamento familiar até o final da década, sendo que 1/3 dessa quantia virá dos países industrializados.

O Vaticano, numa decisão histórica, aderiu parcialmente ao consenso para a aprovação do *Programa de Ação* com reservas sobre os capítulos sete – que trata dos direitos reprodutivos – e oito – que fala do aborto. Nos encontros anteriores – Bucareste em 1974 e México em 84 –, o estado papal não aderiu aos documentos. Além do Vaticano, a Argentina, República Dominicana, Honduras, El Salvador, Malta, Equador, Paraguai, Nicarágua e Guatemala fizeram ressalvas ao documento. Dos países islâmicos, fizeram reservas Irã, Líbia, Argélia e Iêmen. Alguns foram claramente contra o uso de preservativos mesmo para a prevenção da Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis.

Os países muçulmanos conseguiram inserir no texto uma cláusula que defende a implementação do programa de acordo com as várias religiões, valores éticos e culturais de cada país, numa tentativa de evitar que o ocidente imponha seus valores, costumes e políticas ao resto do mundo.

Polêmica – O aborto, ou melhor, a sua legalização, foi o tema mais difícil de ser discutido na conferência. Na verdade, o grupos que defendem o aborto estão divididos em três vertentes: os que reivindicam sua despenalização, isto é, que continue a ser proibido, mas sem punição; os que buscam a descriminalização irrestrita, até os três meses de gravidez, isto é, que seja retirado do Código Penal como um crime; e, finalmente, aqueles que lutam pela sua completa legalização.

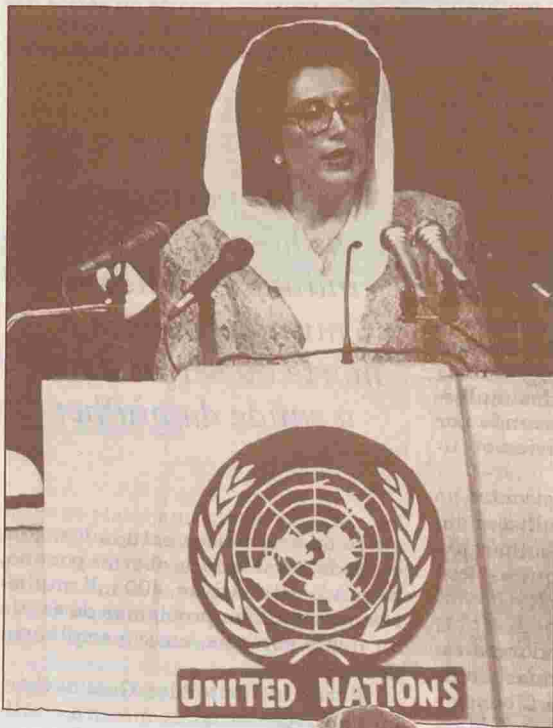
No Brasil, a polêmica do aborto existe desde os anos 40, quando foi aprovada uma legislação que determinou que esta prática é crime e deve ser punida com até quatro anos de prisão, salvo em casos de estupro e gravidez de alto risco.

De lá para cá, porém, o mundo sofreu transformações marcantes na área do comportamento, principal-

mente com a revolução sexual, nos anos 60, deflagrada com a invenção da pílula anticoncepcional. Além disso, fatores econômicos, educacionais, políticos e sociais contribuíram para um elevado crescimento populacional no Terceiro Mundo, onde a falta de informação e de meios anticoncepcionais baratos fez com que o aborto se tornasse um método quase comum de “controle” da natalidade.

O mundo mudou, mas a lei brasileira, não. Devido a essa “defasagem”,

há atualmente muitos projetos no Congresso que propõem a alteração da legislação. A deputada Eva Blay é autora do projeto mais recente, que prevê a legalização do aborto até o terceiro mês de gravidez. Ela diz que não defende o aborto, mas apenas sua legalização, para que a mulher possa decidir sobre sua prole sem ameaças à sua vida, e para favorecer as mulheres pobres, que geralmente correm risco de vida por não poderem pagar clínicas e médicos particulares para a operação.



A polêmica do aborto gerou inesperada aliança entre alguns países muçulmanos e católicos, que protestaram juntos contra a sua legalização. As mulheres islâmicas (foto abaixo) não têm direitos e vivem à mercê dos homens. Benazir Bhutto, primeira-ministra do Paquistão (ao lado) foi uma das poucas vozes islâmicas que defendeu o planejamento familiar, desde que respeite valores religiosos e culturais de cada país



Para Eva, a proibição só agrava o problema e não diminui o índice de abortos no país.

Legalidade – Em alguns países o aborto é legal, como nos Estados Unidos, na Alemanha, na França, no Canadá, na Noruega e na Itália. Estatísticas apontam que, desde sua legalização, o número de abortos na península italiana caiu para a metade.

Em contrapartida, o Vaticano condena violentamente a prática do aborto, alegando que é um assassinato. O Novo Catecismo, divulgado em junho de 1992, nem sequer fala do assunto. Durante a Conferência do Cairo, o estado papal deixou bem claro que em momento algum aceitou o aborto como método de controle populacional, mesmo quando aderiu ao consenso final. Os fundamentalistas da religião islâmica também condenam totalmente não só esta prática como qualquer método contraceptivo e qualquer política de planejamento familiar, posição também mantida durante o encontro.

E, em meio a tudo isso, números e estudos indicam que a prática do aborto é ampla em todo o mundo. O mais triste é que grande parte das mulheres que o fazem acaba morrendo por complicações pós-operatórias ou ficam estéreis.

Com os resultados do encontro no Cairo, o movimento de mulheres em todo o mundo vai agora trabalhar junto aos seus governos para que as decisões não fiquem só no papel.

Ato comum – Um estudo realizado pelo Instituto Alan Guttmacher, de Nova Iorque – fundado há 25 anos e dedicado a pesquisas sobre saúde reprodutiva, análises de políticas e educação pública –, e divulgado recentemente, aponta diversas estimativas sobre o aborto clandestino praticado em seis países latino-americanos: Brasil, Colômbia, Chile, México, Peru e República Dominicana.

Feito com mulheres de 15 a 44 anos, das áreas rural e urbana e de níveis econômicos diferentes, o estudo *Aborto Clandestino: Uma Realidade Latino-Americana*, verificou que o aborto ilegal é largamente praticado por mulheres de todas as classes sociais e nas mais variadas condições.

Desde a intervenção médica segura até métodos violentos como quedas voluntárias, inserção vaginal de objetos pontudos e ingestão de produtos e remédios abortivos, todos são recursos que mostram a necessidade de se adotarem medidas legais condizentes com a realidade.

A pesquisa cita dados de outro estudo feito em 1991, que indica que cerca de 44 milhões de abortos são realizados no mundo por ano, sendo 15 milhões induzidos. Destes, 4 milhões são feitos na América Latina. Grande parte deles provoca a morte ou sérios danos à saúde da mulher. O Brasil está em quarto lugar em abortos induzidos

Grande parte dos 15 milhões de abortos induzidos feitos no mundo provoca a morte ou sérios danos à saúde da mulher

entre os seis países estudados, com cerca de 1,4 milhão de abortos por ano. Segundo estimativas, 400 mil mulheres morrem, têm problemas de saúde ou ficam estéreis, em consequência dessa prática.

Para o Instituto Alan Guttmacher, foi a situação social, econômica e política da América Latina que fez com que o casal médio optasse por famílias pequenas, havendo uma grande motivação pelo planejamento familiar. Os programas da América Latina são considerados bons: no total, o tamanho da família média latino-americana caiu de seis para 3,3 filhos por mulher, de 1960 para cá. O planejamento familiar no Chile é feito por 56% das mulheres; no México, por 34%.

Verificou-se ainda que o planejamento familiar é uma responsabilidade feminina, e que as mulheres dependem de contraceptivos orais, de esterili-

zação voluntária, do DIU e dos métodos tradicionais para evitar a gestação. Descobriu-se que cerca de 90% das mulheres destes países têm alguma informação sobre a pílula e sobre a esterilização feminina, mas a grande maioria não sabe como usar o contraceptivo de maneira correta. Além disso, alguns dos métodos anticoncepcionais disponíveis não se mostram eficazes. O resultado, algumas vezes, é uma gravidez não-desejada, que acaba criando desconfiança para com os contraceptivos em geral e faz muitas mulheres recorrerem ao aborto clandestino.

E é justamente o grande número de abortos ilegais que deve ser usado como um forte argumento pelas autoridades responsáveis para incentivar e desenvolver programas e serviços eficazes de planejamento familiar, que correspondam aos hábitos, expectativas e possibilidades econômicas das mulheres latino-americanas.

Mas não é só o aborto que deve preocupar os governos. O risco de superpopulação no planeta é um tema cada vez mais discutido atualmente. O controle da natalidade, através principalmente da educação e de métodos anticoncepcionais como a pílula e a camisinha, deve ser efetivo, segundo os especialistas, pois está diretamente ligado a sérios problemas como má distribuição de renda, a miséria e a fome. Por isso, o Programa de Ação da ONU para os próximos 20 anos dá tanta ênfase ao livre acesso dos indivíduos ao planejamento familiar.

O mais forte opositor desta iniciativa é o Vaticano, que aceita apenas a contracepção natural, ou seja, a abstinência sexual. Alega que não se pode controlar e muito menos interromper o processo natural de criação da vida.

Métodos abortivos – A pesquisa do instituto norte-americano constatou que a maior parte das mulheres que vive em zonas rurais induz o próprio aborto ou recorre a curiosas não-treinadas, o que aumenta os riscos para a sua saúde. As mulheres pobres das áreas urbanas também agem assim, mas uma pequena parcela (2/5) procura serviços médicos, parteiras formadas ou enfermeiras. Já as mu-

lheres ricas das cidades, em sua maioria, procuram profissionais de saúde formados.

Estima-se que em cada 100 mulheres brasileiras que fazem aborto, 30 a 45 têm complicações, mas só 20 a 30 são hospitalizadas. Muitas não recorrem aos hospitais com medo de serem presas ou por vergonha.

Para tentar alterar esse triste quadro, não só no Brasil mas em outras nações do mundo onde o aborto é ilegal, a Conferência do Cairo enfatizou que esta prática deve ser tratada como um problema de saúde pública.

Dentre os métodos abortivos populares, podem ser citados a ingestão de misturas, como cerveja com aspirina, melhora com orégano, substâncias cáusticas como formol e lixívia-cloro; a inserção de objetos perfurantes nava-gina como agulhas de tricô, colheres e cabides; e até tombos voluntários, golpes no ventre e drogas.



Outros pontos da Conferência

Além das recomendações referentes ao planejamento familiar, à saúde reprodutiva, à educação sexual e aos direitos reprodutivos da mulher, o Programa de Ação da ONU destaca ainda outros pontos principais para o sucesso das políticas populacionais para os próximos 20 anos, como o que defende a família como a unidade básica da sociedade; porém, dá-se destaque para o fato de existirem várias formas de família. Além disso, a igualdade entre homens e mulheres é defendida em todos os níveis pela primeira vez.

Segundo o texto, os governos devem reconhecer a importância vital da reunificação familiar para os imigrantes legais, o que não significa literalmente que isso seja um direito.

No entanto, as organizações não-governamentais (ONGs) – cuja participação foi essencial para a conquista de alguns pontos controversos – afirmaram que o encontro não foi proveitoso para os países pobres, pois discutiu-se tanto sobre sexualidade que se esqueceu de uma parte importante do debate: o desenvolvimento. Afirmam que os itens do documento que tratam sobre a necessidade de combater a pobreza, o desemprego e o analfabetismo ficaram muito vagos. Alguns participantes reconhecem que a discussão aprofundada desses pontos foi propositalmente adiada para a próxima conferência da ONU sobre desenvolvimento, que ocorrerá em março do ano que vem, em Copenhague.

Em 1986, entrou no país um remédio desenvolvido na década de 70 para tratamento de úlceras gastroduodenais, o Cytotec. Descobriu-se que ele era um eficaz e seguro abortivo.

Em 1991, quando foi proibido, um milhão de caixas desse remédio tinham sido vendidas. Mas até hoje, é possível consegui-lo no mercado negro. Uma das estudiosas do tema no Brasil é Regina Maria Barbosa, médica-sanitarista, psiquiatra e pesquisadora – atualmente trabalhando no Instituto de Medicina Social da Uerj, onde coordena o Programa de Estudos e Pesquisas de Sexualidade e Gênero, junto com Richard Parker, professor-adjunto de antropologia da saúde e sexualidade. Ela começou a ter contato com o problema do aborto em 1980, no Recife, onde foi uma das sócias fundadoras do SOS Corpo daquele estado, voltado inicialmente para o trabalho de saúde da mulher.

Quando trabalhou no Instituto de Saúde de São Paulo, em 1992, fez uma pesquisa, juntamente com Margareth

Manifestantes criticaram a conferência por ter sido deixado em segundo plano a questão do desenvolvimento

Em defesa da vida

“A doutrina católica não se resume só na posição do Vaticano. A Igreja é maior do que o discurso do Magistério. A riqueza da prática dos católicos o extrapola.” Assim afirma Lúcia Ribeiro, socióloga com mestrado em Sociologia pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, e pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião (Iser) na área de reprodução e sexualidade. Atualmente, desenvolve uma pesquisa sobre as práticas reprodutivas de mulheres católicas das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), no Rio de Janeiro.

Lúcia diz que a prática da contracepção dentro da religião católica hoje é uma realidade, e isso não gera uma contradição: “O princípio ético fundamental do catolicismo é a defesa da vida, como dom de Deus. Mas esta defesa da vida não se reduz apenas à procriação; a criação do filho é igualmente importante.”

Em sua pesquisa, ela constatou que as mulheres das classes populares, e o povo em geral, têm uma fantástica dimensão ética e uma profunda consciência da importância da vida, que independe da formação educacional e do acesso à informação.

Segundo Lúcia, o uso de métodos anticoncepcionais não coloca problemas éticos a mulheres católicas: estão apenas evitando que um processo vital se inicie. Já o aborto é, *a priori*, condenado,

pois significa a interrupção desse processo.

No entanto, ao pensarem nas situações concretas, essas mulheres têm uma enorme capacidade de compreensão, pois o condicionamento econômico e os casos de estupro e de mães adolescentes podem ser motivos muito fortes, que “obrigam” que algumas mulheres recorram ao aborto. “Quando elas, na prática, desrespeitam a certas normas concretas da Igreja, não deixam de ser católicas, pois estão seguindo o princípio fundamental da defesa da vida. O aborto, em certos casos específicos, pode ser encarado como um ‘mal menor’, melhor do que deixar um filho passar fome e miséria. Porque ter um filho implica uma enorme responsabilidade”, explica a socióloga.

É hipócrita e contraditório, a seu ver, criminalizar o aborto quando governo e sociedade não dão a menor condição para a mulher (ou para o casal) poder sustentar seu filho, e cita como exemplo casos de mulheres casadas que escondem esse fato para serem aceitas nos empregos.

O aspecto mais forte a ser destacado, segundo a pesquisadora, é que a prática da contracepção e mesmo do aborto são reflexos da vontade das mulheres de controlar sua própria fecundidade. “Mas os meios para um controle eficaz e seguro freqüentemente não estão disponíveis, principalmente para as mulheres das classes populares.”



Foto: Maurício Sant'Anna

Lúcia Ribeiro: as mulheres querem controlar sua fecundidade

Arihla, do Estudos, Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana (Ecos-SP), sobre o uso do Cytotec como método abortivo, nos anos de 1986 a 1992.

Ela afirma que o Cytotec não é tão eficaz sozinho, como acreditou-se: “Noventa e seis por cento da eficácia do Cytotec é devido ao seu uso em conjunto com a chamada ‘pílula abortiva’, o RU 486, que não existe no Brasil.”

Há também diversas clínicas particulares que realizam abortos espalhadas pelos grandes centros urbanos, e que são conhecidas de todos. Cobram caro por um serviço seguro e limpo. De vez em quando, alguma é fechada e multada, mas logo depois reabre com a clientela inalterada.

Para a doutora Regina, as políticas públicas sobre a saúde da mulher, do ponto de vista do acesso, da qualidade e da quantidade, não atendem a demanda e são totalmente ineficazes. “Na década de 80, chegou-se a formular um plano, com a união do movi-

mento de mulheres e de órgãos governamentais, que englobava pré-natal, atendimento ginecológico, educação sexual e outros pontos. O plano foi colocado em prática, em 1983, em alguns estados, como São Paulo. Foi uma experiência válida, mas localizada. Não há um reflexo e abrangência nacionais”, lembra. Para ela, em geral, a classe política brasileira ainda não considera a questão da saúde e da educação como prioridades.

Motivos—As razões das mulheres que recorrem ao aborto, segundo o relatório do Instituto Alan Guttmacher, são variadas: por não poderem arcar com os custos para criar o filho, ou por não terem uma relação estável com o

parceiro, ou por terem sido abandonadas, ou porque já tinham muitos filhos. As adolescentes e solteiras grávidas, em sua maioria, têm medo de serem rejeitadas pela família e pela sociedade. As mulheres mais abastadas alegam que preferem ter uma vida estabilizada financeiramente antes de ter um filho.

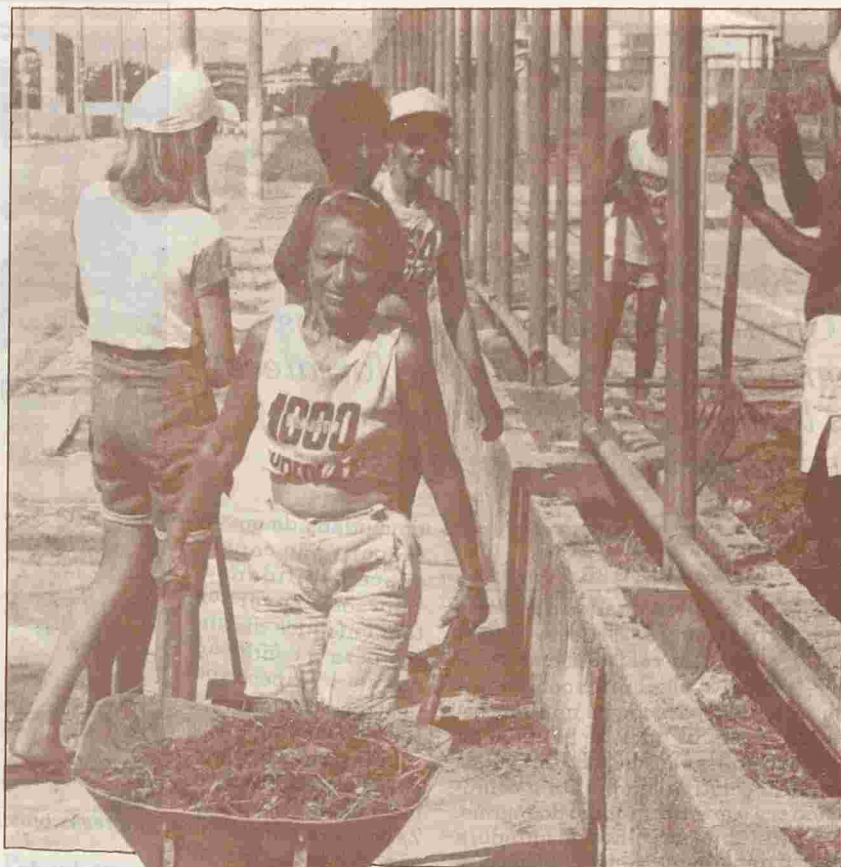
A.C., estudante de direito, 25 anos, fez um aborto há seis meses: "Medes-cuidei e fiquei grávida. Mas não tinha a menor condição de ter outro filho. Estava separada de meu marido e minha família não me dá nenhum apoio. Tive que abortar."

A.S., publicitária, tem apenas 19 anos. Ficou grávida de seu namorado e fez um aborto: "Ele até queria assumir o filho, mas eu tenho certeza de que minha mãe não deixaria eu ter a criança. Ela mesma já fez dois abortos. Eu sou muito nova ainda e estou começando minha carreira. Preferi tirar."

A Dra. Regina Maria Barbosa, em sua pesquisa sobre o uso do Cytotec como método abortivo, constatou que ele era disseminado em todo o país, "um fenômeno praticamente ocorrido em todos os estados". Do ponto de vista dos médicos de São Paulo, onde se baseou a pesquisa, "era um método mais limpo, mais *clean*, já que chocava menos tratar de uma mulher que fizera um aborto com Cytotec do que com uma que fizera com sonda ou outra coisa".

A médica afirma ainda que, junto às mulheres, descobriu-se que o uso do Cytotec tem várias razões. "A primeira é o preço (ele é bem mais barato). Além disso, identificamos mais três padrões de motivação. O primeiro diz respeito ao padrão de uso de mulheres com menos de 20 anos: o remédio facilitava a decisão do aborto, por chocar menos, já que não implicava uma operação. Quanto ao padrão de uso de mulheres com mais de 20 anos de classe média, o motivo era a privacidade. Finalmente, em relação às mulheres com mais de 20 anos de classes populares, a segurança era a maior motivação", conta ela.

Questão delicada - Durante os preparativos para a Conferência sobre População, um grupo de trabalho do Fundo de População das Nações



A igualdade entre homens e mulheres trabalhadores e o fim do analfabetismo são dois dos fatores principais para a diminuição da prática do aborto

Unidas (FNUAP) distribuiu a seguinte declaração: "Recomenda-se que governos, organizações intergovernamentais e ONGs reconheçam que o aborto de risco é um importante tema da saúde pública e um dos mais negligenciados problemas que afetam a vida da mulher. Por conseguinte, exorta-se os governos a aplicarem suas leis e políticas baseando-se mais no compromisso com a saúde da mulher do que nos códigos penais e outras medidas punitivas. As mulheres que desejam interromper suas gestações devem dispor de acesso rápido a informações confiáveis, aconselhamento compassivo, serviços de aborto seguros e serviços para o atendimento de complicações após o aborto de risco."

Mas o problema do aborto não deve ser analisado somente sob o ponto de vista da saúde pública, segundo

a socióloga Lúcia Ribeiro (*ver quadro*), mas também sob o ponto de vista ético e humano: "A questão do planejamento familiar é emergente e precisa ser levada a sério. As pessoas devem ter o direito de decidir o tamanho da família que planejam ter." Assinala ainda que a mera legalização do aborto não resolveria o problema num passe de mágica, já que as pessoas continuariam não tendo acesso ao básico: "É preciso políticas públicas viáveis que tornem acessíveis a informação, a contracepção e os serviços de saúde." A médica Regina Maria Barbosa, por sua vez, espera que o governo brasileiro, cuja atuação foi muito elogiada durante a conferência, mantenha sua "postura progressista e receptiva em relação aos direitos reprodutivos da mulher e que seja um exemplo para os outros governos latino-americanos". ■

Negócios da China

Os 20 anos de relações entre Brasil e China estão sendo lembrados como o momento para se fortalecer os laços econômicos e culturais que unem os dois países

Maria de Fátima Rodrigues

Há 20 anos, quando o governo do general Ernesto Geisel decidiu restabelecer relações diplomáticas com a China, a idéia parecia, no mínimo, estranha. Aqui, os anos de chumbo da ditadura militar ainda perturbavam a memória coletiva, enquanto o comunismo era o grande inimigo do regime.

Entretanto, aos olhos do mundo, a decisão tomada por Geisel, sob os protestos da linha dura militar, não tinha nada de ousada. O secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger e o presidente Richard Nixon já haviam estado na China para tentar uma aproximação com o regime instalado por Mao Tsé-Tung em 1949, só concretizada oficialmente em 1979.

O embaixador brasileiro Ítalo Zappa — que serviu em Pequim entre 1983 e 1986 — lembra que Geisel teve de vencer a oposição ao reatamento de laços com a China, encabeçada pelo general Sylvio Frota (então ministro do Exército) e pela direção da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI). “A justificativa dada por Geisel foi comercial, devido ao clima político interno, muito hostil aos países comunistas”, relata Zappa, à época chefe do departamento de Ásia, África e Oceania do Itamaraty. Ele observa ainda que a grande imprensa brasileira contribuiu bastante para o exacerbado sentimento anticomunista.

Diplomacia — O discurso do chanceler brasileiro Antonio Azeredo da Silveira na época do reatamento de relações entre os dois países dava o tom

do cuidado do governo para não causar susceptibilidades. “Nossos governos têm enfoques distintos para a condução dos seus respectivos destinos nacionais”, ressaltou o ministro.

Mas o que o presidente Geisel buscava mesmo, explica Ítalo Zappa, era a instituição de relações abrangentes com a China, na esteira de uma política contrária à doutrina das fronteiras ideológicas. Segundo o embaixador, os interesses do Brasil na China se estendiam também às áreas cultural, tecnológica e militar. Zappa recorda que a China foi o primeiro país comunista a receber um adido militar brasileiro, em 1987. “Não se pode desprezar um Exército de cinco milhões de homens”, justifica. O embaixador não deixa de ressaltar, no entanto, que as relações entre países são “essencial e necessariamente políticas”.

O processo de aproximação com a China teria tido um grande impulso ainda em 1961 — quando o então vice-presidente João Goulart esteve em Pequim —, não fosse a renúncia do presidente Jânio Quadros (durante a ausência de Jango) ter precipitado a cascata de eventos que desaguaram no golpe militar de 1964. Com o golpe, as intenções de distensão ficaram congeladas por mais de dez anos.

No plano diplomático, a China condicionava o estabelecimento de relações ao rompimento com Taiwan. O Brasil não hesitou em renegar a China nacionalista, afirmando que Tai-



Empresas brasileiras não devem ignorar mercado chinês

wan é parte inalienável do território da República Popular da China, em comunicado de 15 de agosto de 1974.

História — Os 20 anos de relações bilaterais foram lembrados em cerimônia realizada em agosto, no Conjunto Universitário Candido Mendes, no Rio de Janeiro.

“O empresariado brasileiro só há pouco começou a descobrir o grande e promissor mercado chinês. Mas as missões de negócios para a China ainda são muito reduzidas”, lamenta Charles Andrew T'Ang, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China, entidade fundada em 1986 com o propósito de promover o comércio bilateral. A Câmara tem sede em São Paulo e escritório nas capitais dos principais estados brasileiros.

Segundo o empresário, apesar de o Brasil ser o maior parceiro comercial da China na América Latina (seguido muito de longe por Argentina, Chile e Venezuela), a quantia movimentada — US\$ 1 bilhão em 1993 — é pouco representativa se consideradas as semelhanças e afinidades entre os dois países. “Os dois são parceiros naturais,

Foto: Elias Fajardo



Lucélia Santos negocia uma co-produção de documentários com a China

não só pela extensão territorial quase idêntica mas também pela semelhança do nível de desenvolvimento econômico e tecnológico”, pondera T'Ang.

O comércio bilateral só foi impulsionado a partir da década de 80, um reflexo da abertura econômica iniciada em 1978 por Deng Xiaoping. Em 1985, o comércio chegou a atingir US\$ 1,2 bilhão, despencando para US\$ 288 milhões em 91, e só voltando a crescer no ano seguinte. A queda, esclarece T'Ang, se deveu à recessão da economia brasileira e a um curto período de esfriamento econômico da China, depois da Primavera de Pequim (as manifestações estudantis na praça Tiananmen em 1989, duramente reprimidas pelo Exército).

Esse comércio, que sempre pendeu pesadamente para o lado brasileiro da balança, é cada vez mais diversificado. Na pauta das exportações brasileiras, ocupam lugar de destaque o minério de ferro, produtos siderúrgicos, químicos e petroquímicos, além de tabaco e bens industrializados. Já as importações brasileiras, que praticamente se resumiam ao petróleo por causa do protecionismo de nossa economia, atualmente incluem bicicletas, tecidos, roupas de seda, máquinas e ferramentas.

Consumo de cultura – Entre 1978 e 91, a economia chinesa cresceu uma média de 9% ao ano e esta cifra passou para 13% nos anos seguintes. Pelos cálculos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, o Produto Interno Bruto (PIB) do que é conhecido como Grande China (China, Hong Kong, Taiwan e outras comunidades chinesas) será superior

ao dos Estados Unidos no ano 2002. “Isso é uma conquista incrível, sobretudo porque isso é estimado com base também no poder aquisitivo da população e no custo de vida”, observa T'Ang, nascido T'Ang Kai Chien, numa família tradicional de Xangai há 48 anos, e desde um ano de idade no Brasil.

De acordo com o empresário, a associação entre empresas brasileiras tem ganhado adeptos. Como exemplo, ele cita a Sadia, que está abrindo em Pequim uma churrascaria junto com uma firma chinesa. A pujança econômica transformou a China num grande canteiro de obras. Uma missão brasileira esteve recentemente em Pequim buscando maior participação de empresas brasileiras no projeto das Três Gargantas, planejada para ser a maior hidrelétrica do mundo. “Quase todas as grandes empreiteiras brasileiras já têm escritórios na China”, diz T'Ang.

Por outro lado, T'Ang não compreende por que o intercâmbio cultural é tão incipiente. A novela de maior sucesso na China foi *Escrava Isaura*,

televisada em 1987. A novela transformou Lucélia Santos na personalidade mais requisitada pelas autoridades chinesas em visita ao Brasil. “O país inteiro parava quando a Isaura entrava no ar diariamente”, conta ele. Para T'Ang, as redes de TV brasileiras estão fazendo um mau negócio ao desprezar um mercado de 1,2 bilhão de consumidores potenciais. Capitalizando a fama conquistada, Lucélia Santos está negociando uma associação com a TV chinesa para a co-produção de documentários. A empreitada poderá também contar com a participação do diretor Hector Babenco.

Mas Lucélia Santos não é o único afeto brasileiro dos chineses. A dupla de caipiras Milionário e Zé Rico, desconhecida por aqui, fez grande sucesso no país asiático durante os anos 80. O embaixador Ítalo Zappa recorda que *A estrada da vida* era a música mais cantorolada pelos chineses na época: “A dupla esteve umas dez vezes na China.” ■

NA TERRA DO SOL E À BEIRA DO MAR

O HOTEL BEIRA MAR, localizado no mais privilegiado local da orla marítima de Fortaleza, dispõe de amplos salões de convenções e confortáveis dependências.

São 112 apartamentos – sendo 15 suítes, todas com vista para o mar –, equipados com telefone/TV a cores/frigorifer/ar condicionado/som ambiente/res taurante a la carte/sofá bar/piscinas para adultos e crianças/estacionamento privativo/apto recém reformados e decorados. Os 3 salões de convenções tem capacidade para até 400 pessoas e, além de possuir terraços amplos com vistas panorâmicas, ideais para coffee-break e montagem de standarts, são equipados com amplo material audiovisual e salas adicionais para pequenas reuniões. Chegar aonde estamos, significa conferir requinte, conforto e qualidade.



HOTEL BEIRA MAR

Av. Beiramar, 3130 - CEP 60165-121 - Fortaleza - Ceará
PBX (085) 244-9444 - Fax: (085) 261-5659 - Telex: (85) 1852

Sexualidade feminina: a difícil convivência com a opressão



As mulheres em geral têm a sua sexualidade controlada pela sociedade

A representante de um movimento de lésbicas da Tailândia e uma pesquisadora das Ilhas Fidji analisam o controle social exercido sobre a mulher em todos os aspectos da sua vida, inclusive o sexual

Renata Bernardes

O exercício pleno da sexualidade é, para as mulheres, um direito inquestionável pelo qual têm lutado as organizações femininas que surgiram nas últimas quatro décadas. Muitas das pressões neste campo, entretanto, são sutis, indiretas, escapando às vezes da percepção até de feministas mais experientes.

Anjana Suvardarnananda, da Tailândia, diretora da Lesbian Rights

Watch, e Mridula Sainath, das Ilhas Fidji, médica e estudiosa da imagem da mulher na mídia, há tempos vêm analisando esta questão¹. Em entrevista a *cadernos*, Anjana e Mridula apontam a organização familiar e a mídia como fatores que reforçam o controle sobre a sexualidade feminina e perpetuam preconceitos pouco percebidos quando agregados a valores de ordem social e cultural.

Uma minoria "invisível" - Lutar pela aceitação da sexualidade lés-

bica, segundo Anjana, é reconhecer o direito da mulher decidir sobre sua preferência sexual. Ela diz, entretanto, que, mesmo dentro do movimento feminino, raramente as homossexuais são vistas como mulheres lutando por seus direitos enquanto minoria dentro da sociedade.

"A questão da sexualidade lésbica não é incluída nos debates sobre sexualidade feminina, embora a discriminação contra as homossexuais seja apenas uma das formas de opressão que sofre a mulher."

Foto: Renata Bernardes



Foto: Paulo Rodrigues



Anjana Suvadarnananda (esq.), diretora da Lesbian Rights Watch, e Mridula Sainath (dir.), estudiosa da imagem da mulher na mídia

Anjana diz que as normas heterossexuais são impostas pela sociedade patriarcal como instrumentos para controlar a vida e a sexualidade das mulheres, e mantê-las – lésbicas ou não – *na linha*. “Há muitas formas e variados graus de imposição dessas regras, que vão desde a própria instituição da família, o casamento, a marginalização das mulheres solteiras em muitas sociedades, até as sanções legais, religiosas e culturais contra a homossexualidade”, explica.

Segundo ela, todas essas formas se baseiam na suposição de que as mulheres, sem exceção, são heterossexuais, e como tal devem encontrar um homem, se casar e ter filhos para serem aceitas pela sociedade.

Apesar das pressões impostas por quase todas as sociedades e culturas, algumas mulheres se atrevem a romper a barreira e viver a sua sexualidade fora dos padrões determinados. Outras, porém, mesmo se sentindo atraídas em determinado momento de suas vidas por uma pessoa do mesmo sexo, recuam, pois têm medo de serem penalizadas ou segregadas.

“Mesmo as que chegam a estabelecer relações com outras mulheres se calam, vivendo o problema mais comum entre as lésbicas, que é o de se tornarem ‘invisíveis’. Isso também faz

com que o número de lésbicas pareça reduzido, quando na verdade é muito maior, só que permanece oculto”, garante Anjana.

Casamento imposto – A imposição da heterossexualidade através do casamento em algumas culturas chega a ser violenta, ao promover, por exemplo, o casamento de meninas que jamais saberão se esta era mesmo sua escolha. Em outras sociedades, a coerção pode não ser física, mas a pressão familiar e da comunidade é de qualquer forma muito pesada: muitas vezes, a mulher depende da estrutura familiar e do casamento para ter acesso a oportunidades econômicas e ser respeitada socialmente.

“Na Tailândia, a organização social tem fortes bases na família tradicional. Quando alguém vai se casar, ainda predominam os interesses financeiros. E deve ser para o resto da vida. Assim, se você não se casa, seu espaço social fica bastante reduzido, tanto no campo familiar, como no profissional”, exemplifica.

Mesmo considerando a situação das solteiras em seu país melhor do que em outras regiões da Ásia – com o casamento, o homem é quem passa a integrar a família da mulher, ao contrário de outros povos, onde é ela

quem deixa a família –, Anjana lembra que as que não se casam são olhadas com pena, “porque não terão filhos que cuidem delas na velhice”. Esse sentimento generalizado se baseia no fato de que “não temos serviços sociais adequados e a rede familiar é que substitui a ação do Estado”.

Por outro lado, se a família é importante para a solteira, ela também tem um papel na organização familiar tailandesa, ajudando a cuidar dos sobrinhos e dos pais idosos. Por isso, a pressão social sobre as mulheres é, em primeiro lugar, voltada para o casamento e, na falta deste, para que permaneçam na casa paterna.

A diretora da Lesbian Rights Watch afirma que a identidade entre os movimentos de lésbicas e de mulheres está no ponto de vista ético: todas têm sua sexualidade controlada pela sociedade.

“Somos afetadas pelas mesmas pressões. Mas algumas são tão sutis que nem são sentidas, principalmente no caso das mulheres que seguem as regras. Mas, quando uma jovem demonstra interesse por uma pessoa do mesmo sexo, certamente ela sentirá a força desta pressão.”

Anjana lembra ainda que, embora existam pontos comuns pelos quais lésbicas e gays lutam juntos, os revezes e as conquistas não são equivalentes. “As lésbicas sofrem pressões duplamente, por serem homossexuais e por serem mulheres. Por isso, acho que a organização de lésbicas só tem sentido dentro do movimento feminista. É aí que elas devem lutar pela conquista de direitos que lhes garantam a liberdade, principalmente para administrar sua sexualidade.”

O papel da mídia – “A imagem é a mais poderosa das linguagens. Quanto mais se vê uma imagem, mais

Sexualidade feminina

se acredita nela”, afirma Mridula Sainath, médica das Ilhas Fidji. Na sua opinião, a imagem pública feminina veiculada pela mídia em geral reforça estereótipos negativos em relação à mulher.

Mridula realizou uma profunda pesquisa sobre o assunto, a partir de recortes de jornais e revistas, cujo resultado vem apresentando em encontros femininos no mundo inteiro.

Segundo ela, a mulher é constantemente mostrada na mídia em situações negativas: como uma pessoa incapaz de tomar decisões, sem equilíbrio para pensar ou em posição inferior à do homem. Tais informações são bombardeadas pela TV, rádio, jornais, revistas, *outdoors*. “Essas imagens são vistas a toda hora e em toda parte. E o grave é que as crianças absorvem esses valores”, enfatiza.

O mais curioso, na sua avaliação, é que os movimentos feministas nunca deram muita atenção a isto, pois sempre estiveram ocupados com outras causas. “Lutamos por nossos direitos, mas esquecemos que, se não cuidarmos de nossa imagem pública, nossas propostas fracassarão. Estamos subestimando o poder dos meios de comunicação.”

A nudez na publicidade – De acordo com sua pesquisa, um dos estereótipos mais observados na publicidade é a imagem do homem mais velho acompanhado de mulheres jovens, cujo papel é meramente decorativo. “Por que nunca se vê o oposto?”, indaga a pesquisadora. Para ela, se faz bem ao ego dos homens aparecer ao lado de mulheres jovens, a situação inversa “massagearia do mesmo modo a auto-estima e a libido feminina”.

Outro fato comum é a sensualidade feminina ser explorada mesmo quando o produto que se

quer vender não exija qualquer referência a ela. “Isso acontece, por exemplo, quando mostram uma mulher quase nua anunciando uma máquina de lavar”, diz a médica.

Na opinião de Mridula, o problema não é a mulher ser mostrada nua, mas que a nudez surja dentro de um contexto, e não apenas como pano de fundo para a venda de produtos. “As próprias *top-models* deveriam ficar atentas aos seus direitos como mulheres. Eu respeito as modelos. Elas escolheram esta profissão. Se posarem nuas numa praia ou de calcinha num anúncio de lingerie, tudo bem. Mas colocá-las nuas ao lado de um homem vestido de paletó ou para anunciar jóias é inaceitável.”

Obsessão pelas dietas – Outro aspecto negativo da imagem feminina na mídia, segundo a pesquisadora, está relacionado à própria saúde da mulher: um estudo que realizou sobre

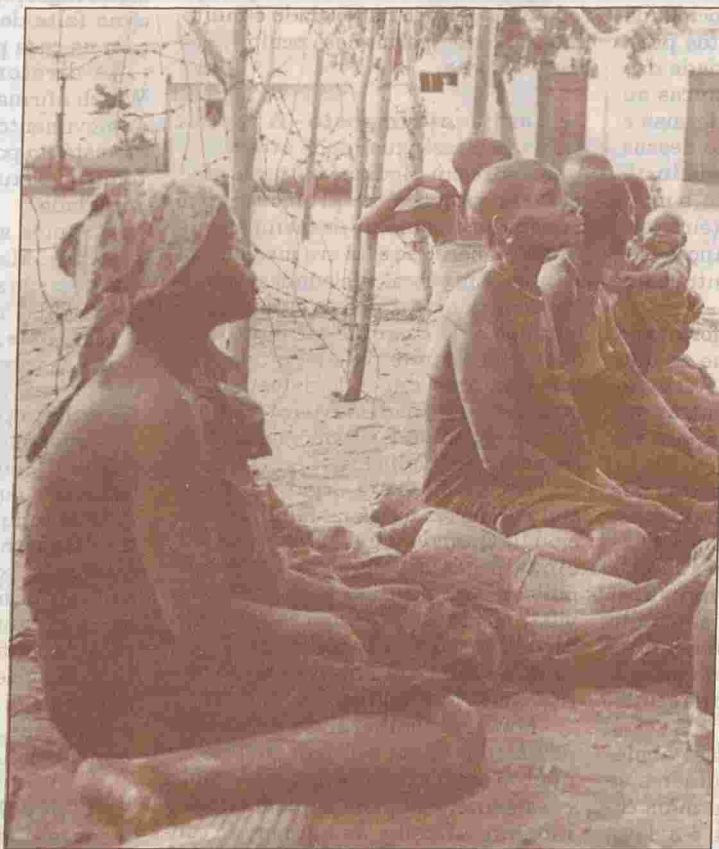
dietas revela que as modelos têm 23% menos que o peso médio das mulheres. Isto levaria as mulheres a constantes dietas, preocupadas em se aproximar daquele padrão de beleza.

“Dados comprovam que diariamente 25% da população feminina mundial está começando, acabando ou se submetendo a uma dieta.” Mostram também que, embora estatisticamente o percentual de mulheres e de homens com excesso de peso em relação à média seja idêntico – em torno dos 45% – 90% dos que se submetem a dietas são mulheres.

“O que se vê cada vez mais são mulheres jovens preocupadas com a questão de peso a ponto de não deixarem seus filhos se alimentarem normalmente só para não engordarem”, lamenta.

Para Mridula, em todos os países deveria haver uma vigilância sobre a mídia de forma a assegurar que a representação da mulher seja equilibrada. “Em Fidji temos obtido algumas vitórias nessa área: quando vemos imagens de mulheres que achamos que desmerecem a condição feminina, escrevemos cartas para o editor ou para a agência de publicidade. Se não formos atendidas, pelo menos estamos tentando criar uma nova mentalidade.”

A médica garante que a questão das imagens públicas diz respeito diretamente à sexualidade feminina, na medida em que estas reforçam ou contribuem para modificar padrões sociais e culturais. “É importante estarmos atentas ao conteúdo do que nossos filhos lêem ou vêem na televisão para não reforçarmos conceitos que desejamos ver transformados.”



A mulher é fundamental para a manutenção da família tradicional

¹ Ambas as especialistas foram convidadas para participar da Conferência Internacional de Saúde Reprodutiva e Justiça, realizada este ano no Rio de Janeiro

O retorno dos cérebros



Na década de 80, os países da África subsaariana perderam 70.000 profissionais, isto é, 30% da população mais capacitada

Um programa financiado pela União Européia permite o regresso à África de profissionais que emigraram para se especializar e trabalhar na Europa e Estados Unidos

Lewis Machipisa

Cerca de 1.200 profissionais africanos voltaram para casa nos últimos cinco anos depois de terem se mudado para o Ocidente para estudar ou se especializar. Sua volta se deve a um programa da Organização Internacional para a Migração (OIM) – denominado Programa para a Reintegração de Africanos Qualificados – destinado a reverter a fuga de cérebros que se deu durante tantos anos no continente, como em outras partes do Terceiro Mundo.

Richard Nkomo, do Zimbábue, um dos beneficiários do plano lançado pela então Comunidade Européia, em 1983, viveu durante mais de seis anos nos Estados Unidos, mas sempre quis voltar a seu país.

“Sempre pensei que enquanto estivermos relaxados (no Ocidente) e longe do nosso povo, o desastre econômico continuará sendo a música diária na África”, comenta Nkomo, possuidor de um curso de mestrado na área de administração, que hoje trabalha como gerente de um conhecido hotel em seu país natal.

Entre 1960 e 1975, cerca de 27 mil

africanos altamente qualificados deixaram o continente rumo aos países industrializados. A cifra chegou a 40 mil entre 1975 e 1984. Em 1987, mais de 70 mil profissionais – 30% da população mais capacitada – haviam abandonado a África subsaariana, indo principalmente para a Europa. “É contra este panorama que se criou a OIM, para ajudar os governos africanos a preencher suas necessidades de pessoal qualificado, através do retorno de seus cidadãos mais qualificados que moravam no exterior”, explica Caroline Ritch, funcionária da organização.

Um papel decisivo – Segundo um relatório de avaliação da OIM, mais de um terço dos repatriados opinaram que a organização desempenhou um papel significativo em sua decisão de retornar. “No entanto, os mesmos repatriados garantiram que, de qualquer forma, voltariam”, admite o relatório. Dos 1.200 repatriados, 47% voltaram ao Zimbábue, 22% ao Quênia, 9% a Gana e o restante para outros países africanos.

Aproximadamente 70% viviam antes de seu retorno em apenas cinco países: Grã-Bretanha, Alemanha,

O retorno dos cérebros

França, Bélgica e Itália. A maioria tem entre 31 e 35 anos e é de nível universitário. "A maior parte dos repatriados é formada por médicos e engenheiros", explica Ritch.

"A OIM ajuda na colocação desses profissionais no mercado. Facilita o retorno dos africanos talentosos identificando trabalhos apropriados, entrevistando os candidatos e fazendo convergir suas especializações com empregos que correspondam a seu nível profissional", comenta a funcionária.

Para poder participar do programa é preciso ter uma especialização que contribua para o desenvolvimento econômico, acadêmico ou cultural de sua pátria ou região. "Os candidatos, além disso, devem ter vivido ou estudado em algum país industrializado durante pelo menos dois anos", disse Ritch. O repatriado recebe uma combinação de incentivos, escolhidos caso a caso, "para facilitar e garantir um processo rápido de reintegração".

Também ficam a cargo da OIM os custos da viagem para o beneficiário do programa e seus dependentes, uma quantia para a mudança, assistência financeira durante o primeiro mês de reintegração, a compra de equipamento científico ou profissional, e um seguro local de saúde e contra acidentes.

Segundo Ritch, o número de beneficiários poderia ser muito maior. "Usualmente, os candidatos hesitam em aceitar os empregos porque sen-

tem que os salários oferecidos são muito baixos para sua experiência e qualificação", explica.

"Tinha medo, no começo, porque pensava que o tratamento era muito bom para ser verdade. Pensei que tinha caído em alguma armadilha", disse um médico repatriado que pediu para não ser identificado por razões profissionais. "Mas agora lamento não ter aceito antes a oferta", conclui.

Quanto a Nkomo, relembra dessa forma a sua experiência: "Voltei apesar do desestímulo dos amigos em relação à crise por que passa o Terceiro Mundo. Diziam que viveríamos como mendigos, apesar da nossa bagagem acadêmica".

Mas o gerente de hotel considera que estas atitudes são um círculo vicioso que mantém o subdesenvolvimento do continente. "Enquanto os africanos não quiserem voltar para casa e compartilhar sua especialização e conhecimento, nosso continente continuará na estagnação", disse.

Migração nos dois sentidos – Existe, porém, na área da engenharia eletrônica e da informática, uma estratégia montada pelas grandes empresas que significa um risco direto para o sucesso do plano da OIM. Segundo estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), as empresas transferem uma parte de suas atividades para filiais

no exterior, onde os salários são mais baixos, e lá começam a recrutar os melhores cérebros do setor de programação no Terceiro Mundo.

Apesar da diferença em relação às remunerações que se pagam na matriz, os salários dessas filiais são tentadores para os técnicos, engenheiros e programadores dos países pobres. E não são só os profissionais africanos que recebem esse tipo de proposta. Segundo o relatório da OIT, profissionais de países como a Índia, Irlanda, Israel, México e Singapura, da área de informática, são recrutados em massa mediante essas ofertas.

O estudo, que foi coordenado por Swatsti Mitter e Ruth Pearson, das universidades britânicas de Brighton e East Anglia, destaca além disso que nem sempre as empresas que contratam esses especialistas lhes oferecem condições dignas de trabalho e moradia.

Empresas dos Estados Unidos, um dos países líderes no setor de informática de ponta, conseguiram baixar o custo de *software* nacionais em até 50%, mas mantêm, em alguns casos, "seis programadores vivendo no mesmo cômodo", destaca o relatório.

Outra prática comum na área da informática, também denunciada no informe do organismo internacional, é que as empresas levem as tarefas de digitação de dados – que não exigem conhecimentos especializados – para os países pobres, principalmente africanos e caribenhos, formando os chamados "digi-portos".

"As empresas têm suas matrizes nos países ricos e seus 'digi-portos' no Terceiro Mundo: por um lado, dão a trabalhadores sem qualificação a possibilidade de conseguir alguma especialização. Mas, por outro, pagam salários baixos sem oferecer nenhum benefício de previdência social, enquanto tratam de identificar os melhores cérebros para depois transferi-los para as matrizes", conclui o relatório. ■



Os "Digi-portos" no Terceiro Mundo são utilizados para reduzir custos e detectar "cérebros"

IRLANDA DO NORTE

Adeus às armas?



Belfast: pela primeira vez em décadas, soldados britânicos são abordados sem hostilidade pelos católicos irlandeses

Depois de lutar 25 anos contra a ocupação britânica da Irlanda do Norte, o IRA oferece uma possibilidade de paz ao decidir, unilateralmente, depor armas

Bugnicourt O'Hara

Quando, em 31 de agosto passado, o Exército Republicano Irlandês (cuja sigla em inglês é IRA) anunciou um "completo cessar das operações militares", milhares de pessoas foram festejar nas ruas de Belfast, capital da Irlanda do Norte, e Londonberry, duas cidades desgastadas por 25 anos de violência entre católicos, protestantes e tropas inglesas de ocupação. Naquele noite, pela primeira vez em muito tempo, não se escutaram os estrondos de bombas, nem rajadas de metralhadora, nem sirenes de viaturas policiais.

Em Belfast, os manifestantes lotaram a rua Falls Road, bastião do IRA no gueto católico. Nos andares mais altos dos edifícios se viam bandeiras da vizinha República da Irlanda (Eire), colocadas também nas antenas

de caminhões, táxis e carros particulares, que tocavam ruidosamente suas buzinas. Os cautelosos soldados britânicos que costumam patrulhar a zona eram amigavelmente abordados por católicos que desejavam dialogar. Poucas horas antes, esses gestos eram impensáveis.

Em Shankill Road, o gueto protestante, o clima era bem diferente. Entre os pró-britânicos, o sentimento era de ansiedade e raiva. Ao se divulgar a decisão do IRA, os dois principais grupos armados protestantes, os Combatentes da Liberdade de Ulster e a Força de Voluntários de Ulster, conhecidos como "unionistas", emitiram um comunicado conjunto. "Não dançaremos ao som da música nacionalista", afirmaram. Para eles, a possibilidade de que a Grã-Bretanha os obrigue a uma união com a República da Irlanda é, simplesmente, "uma receita para a guerra civil".

Luta de independência, guerra de religiões - As tensões religiosas na Irlanda remontam ao século XVII, quando o rei Henrique VIII fomentou a emigração de protestantes escoceses, que se instalaram na região noroeste da ilha. Em 1800, o Reino Unido incorporou a Irlanda sem levar em conta a vontade de seus habitantes originais, celtas convertidos ao cristianismo durante a conquista romana. Ao longo do século XIX, foi se gestando um forte movimento nacionalista católico que explodiu em Dublin durante a Páscoa de 1916.

Em 1920, Londres outorgou a independência à Irlanda, que passou a ser uma região autônoma dentro do Reino Unido, com capital em Dublin. A Coroa, porém, reservou para si os seis condados do noroeste (Ulster), com capital em Belfast e representação no Parlamento britânico. A população católica nesses condados fi-

IRLANDA DO NORTE



Gerry Adams: passo histórico rumo à paz

cou em minoria, foi excluída dos assuntos políticos internos e começou a sofrer diversas formas de discriminação.

Em fins da década de 60, veio o caos. Os católicos saíram às ruas para exigir o fim da segregação e os extremistas protestantes recorreram à repressão ilegal. Um grupo de jovens re fundou o legendário Exército Republicano Irlandês, que começou a operar novamente. Os "unionistas", por sua vez, criaram seus próprios grupos paramilitares: os Combatentes da Liberdade do Ulster e a Força de Voluntários do Ulster, com uma estrutura clandestina semelhante à do IRA.

Doas décadas e meia de violência — A incapacidade do governo regional e o reduzido contingente policial da "província" (cerca de três milhões) para deter os confrontos levaram Londres a enviar tropas em agosto de 1969 para "garantir a segurança" da comunidade católica. Os primeiros soldados que pisaram solo irlandês foram aclamados pelos católicos, que os consideravam uma força neutra que os protegeria dos extremistas protestantes.

O otimismo durou pouco. Os militares foram usados para reprimir as marchas de paz e o movimento de defesa dos direitos civis. O IRA — que até então era uma facção menor — ganhou força e escolheu como seu alvo de ataque as tropas de ocupação.

Em 1970, a organização se dividiu em duas: os "históricos" inclinados a uma solução política, e os "provisórios" ou *provos*, partidários do militarismo. Começou então uma *guerra suja* que transformou os soldados de sua majestade em torturadores e os *provos* em extremistas que não diferenciavam entre ataques a quartéis e a colocação de bombas em supermercados cheios de civis.

Os dois grupos paramilitares protestantes, enquanto isso, se uniram e nos últimos quatro anos superaram o IRA na macabra contabilidade de vítimas mortais. Desde o seu início, em 1969, os confrontos deixaram um saldo de 3 mil mortos e 30 mil feridos.

Uma esperança de paz — Em dezembro do ano passado, a Grã-Bretanha e a República da Irlanda assina-

ram a Declaração de Downing Street e decidiram buscar uma saída pacífica para o conflito. O primeiro-ministro inglês, John Major, declarou que aceitaria uma decisão de "consenso" dos protagonistas do conflito. Seu colega irlandês, Alberto Reynolds, prometeu retirar da Constituição do Eire dois artigos que reivindicavam a soberania sobre o Ulster. Segundo o documento, o Sinn Féin, braço político do IRA, seria incluído nas negociações se mantivesse uma tréguas de 90 dias.

Existe a possibilidade de converter os seus condados em uma região autônoma sob a supervisão conjunta de Londres e Dublin. Esta solução convence, no momento, os 650 mil católicos que sonham um dia unir-se à Irlanda do Sul, mas desagrada os 950 mil protestantes que preferem continuar subordinados ao Reino Unido.

"Trabalharemos com tanta rapidez quanto seja possível para consolidar esse passo gigantesco em direção à paz", disse Reynolds ao se tornar público o anúncio do IRA. O chanceler da República da Irlanda, Richard Spring, viajou imediatamente para Washington com o objetivo de gestionar o apoio do presidente Bill Clinton para revitalizar as negociações. Posteriormente, Spring se reuniu em Nova Iorque com políticos de origem irlandesa — entre eles o senador Edward Kennedy — que apoiam as iniciativas de paz no Eire.

Major, em compensação, se mostrou cético diante do anúncio do IRA. Embora tenha dito se sentir "alentado" pela decisão, afirmou que faltava esclarecer "se se trata de uma renúncia permanente e definitiva à violência".

Gerry Adams, presidente do Sinn Féin, tentou tranquilizar Londres. "Demos um passo enorme ao eliminar as armas da política irlandesa", disse diante de nacionalistas reunidos no bairro católico de Andersontown e exortou Major e os "unionistas" a compreender a importância do momento. Adams instou o governo britânico a iniciar um "processo de desmilitarização", retirando os soldados ingleses destacados no Ulster.

Em setembro, num claro sinal do novo clima criado com a decisão do IRA, Gerry Adams obteve o visto de entrada para os Estados Unidos, diversas vezes negado. A viagem do líder do Sinn Féin recebeu ampla cobertura da imprensa local e lhe permitiu expor diretamente à opinião pública norte-americana a posição do seu partido no conflito.

O último muro — Atualmente, a província do Ulster representa um peso econômico e político para o Reino Unido. O Tesouro inglês desembolsa 5 bilhões de dólares anuais em subsídios, gastos com defesa e na manutenção de quase 30 mil soldados. Essa cifra, em última instância, provém dos bolsos dos contribuintes. A maioria dos ingleses, por outro lado, vê o conflito como algo longínquo, "externo" e sem possibilidade de solução.

Ainda é cedo para saber como evoluirão as negociações. Porém, uma década que assistiu à queda do Muro de Berlim e a progressos em conflitos que pareciam historicamente "insolúveis", como os do Oriente Médio e da África do Sul, pode reservar surpresas positivas. O IRA e o Sinn Féin têm demonstrado uma audácia política semelhante às de Nelson Mandela e Yasser Arafat. Falta ver se entre os britânicos e os irlandeses existe uma vontade parecida à do ex-presidente Frederick De Klerk ou do primeiro-ministro Yitzhak Rabin.

O paredão de concreto e metal que separa os guetos católico e protestante em Belfast foi imediatamente batizado pelos cristãos de "Linha da Paz". Sem contar as barreiras invisíveis que dividem a ex-Iugoslávia, essa linha é, na essência, o último muro que falta derrubar na Europa. ■